

TOMADA DE PREÇOS 01/2015

De conformidade com determinação do Prefeito do Município de Santa Gertrudes/SP, faço público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, a **Tomada de Preços 01/2015**, com o objetivo de **contratar empresa para fornecimento de toda a infra-estrutura visando a realização da XXIV Festa do Peão de Boiadeiro de Santa Gertrudes**, pelo tipo de "menor preço", regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

Os envelopes com a documentação e a proposta deverão ser entregues no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **até às 08:30 horas do dia 17 de março de 2015.**

O início da abertura dos envelopes será **às 09:00 horas do dia 17 de março de 2015**, no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa a escolha da melhor proposta, nos termos do item 7 deste Edital, com o objetivo de **contratar empresa para fornecimento de toda a infra-estrutura visando a realização da XXIV Festa do Peão de Boiadeiro de Santa Gertrudes, nos dias 21, 22, 23 e 24 de maio de 2015, das 20:00 horas as 4:00 horas**, conforme descrição constante do “Anexo D – Termo de Referência”, que fica fazendo parte integrante e indissociável do presente Edital.

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as seguintes condições:

- 1.2.1. As normas da ABNT;
- 1.2.2. Lei Orgânica Municipal;
- 1.2.3. Observação de todas as normas de higiene e segurança;

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A despesa originada por esta licitação será atendida pela dotação orçamentária 11.01. 13.392.0024. 2.082 (297) 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com nota de reserva no valor global de R\$ 297.481,25, constante do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2015.

3 - DO SUPORTE LEGAL

- 3.1. Esta licitação é regulada pelos seguintes dispositivos legais:
- 3.1.1. Constituição Federal;
 - 3.1.2. Lei Orgânica Municipal;
 - 3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;
 - 3.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;
 - 3.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;
 - 3.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;
 - 3.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
 - 3.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
 - 3.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
 - 3.1.10. Lei Complementar 123/2006;
 - 3.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
 - 3.1.12. Lei Complementar Nº: 147/2014;

3.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014

3.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014

3.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

3.1.16. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, mediante o recolhimento aos cofres públicos do valor de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

4.1.1. O Edital com seus elementos técnicos constitutivos também estarão disponíveis no site www.santagertrudes.sp.gov.br.

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. As empresas interessadas em participar desta licitação deverão requerer sua inscrição no cadastro oficial de fornecedores da Prefeitura do Município de Santa Gertrudes/SP, até o terceiro dia anterior à data marcada para a abertura dos envelopes, ou seja, até as 17:00 horas do dia 13 de março de 2015, nos termos do inciso II, do artigo 22 da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

4.3.1. Para se inscreverem, os interessados deverão apresentar os documentos necessários arrolados na listagem anexa a este Edital, em conformidade com o artigo 27 da Lei Federal Nº: 8.666/93.

4.3.2. Protocolado o requerimento de inscrição pelo interessado, o Departamento de Compras da Prefeitura promoverá a análise dos documentos e caso estejam em ordem, será emitido o Certificado de Registro Cadastral, com **validade de 90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua expedição.

4.3.2.1. Se após a análise dos documentos, o Departamento de Compras e Licitações verificar alguma irregularidade ou falta de documentos, o apontamento será feito por escrito e devolvido ao Setor de Protocolo, que encaminhará o despacho a empresa requerente através dos e-mails apresentados no requerimento de protocolo.

4.3.2.2. A PREFEITURA não se responsabilizará pelo envio da comunicação descrita no item 4.3.2.1. no e-mail indicado no requerimento de protocolo que for devolvido pela caixa de entrada do mesmo.

4.3.2.3. Nos casos apontados nos itens 4.3.2.1. e 4.3.2.2. mantém-se o prazo do item 4.3., ou seja, se a empresa interessada apresentar irregularidade ou falta nos documentos entregues para a emissão da inscrição no cadastro oficial, e as mesmas não forem sanadas dentro do prazo máximo para a entrega destes, não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a licitação em epígrafe, inclusive no que diz respeito a falta de autenticação de documentos.

4.3.2.4. Os documentos solicitados para inscrição cadastral poderão ser apresentados em original, através de cópias reprográficas autenticadas por cartório competente (exceto quando expresso no corpo do documento a obrigatoriedade da apresentação no original), ou, excepcionalmente, por servidor habilitado desta Prefeitura ou, ainda, publicação na Imprensa Oficial.

4.3.3. As ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos moldes do artigo 43, caput, da Lei Complementar 123/2006;

4.3.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis a matéria;

4.3.5. Quando houver restrição o CRC – Certificado de Registro Cadastral será emitido com a seguinte ressalva: “empresa enquadrada como ME ou EPP, pendente de documentação, que deverá ser regularizada no prazo constante do edital, sob pena de decair o direito a contratação, caso a mesma seja declarada vencedora do certame”;

4.3.6. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 4.3.4, implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.4. **Somente poderão participar da presente licitação** os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital, que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado e que tenham requerido mediante protocolo, **realizado PESSOALMENTE**, no endereço constante do item 4.1, a Visita Técnica ao local do evento, das 9:00 às 16:00 horas, credenciando um profissional para representar a licitante, com pelo menos 01(um) dia de antecedência da data que deseja realizar a visita, para que o município disponibilize um funcionário para acompanhá-lo.

4.4.1. Não serão aceitos pedidos de agendamento de visita técnica enviados por e-mail ou fax.

4.4.2. Após o agendamento da visita técnica, a Prefeitura comunicará por escrito aos licitantes a data e o horário da referida visita técnica, sendo que os funcionários credenciados deverão apresentar-se diretamente no Paço Municipal, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

4.4.3. O agendamento poderá ser realizado até o dia 13 de março de 2015, para que a visita possa ser realizada até o dia 16 de março de 2015.

4.4.3.1. Não serão realizadas visitas técnicas no dia de abertura do certame.

4.4.3. O Atestado de visita técnica deverá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação, no envelope n. 01, nos termos do art. 30, III, da Lei Federal n. 8.666/93.

4.5. Não será permitida a participação de:

4.5.1. Declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o poder público em quaisquer de suas esferas;

4.5.2. Que estejam em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;

4.5.3. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.5.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes deverão entregar no protocolo do Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, até às **08:30 horas do dia 17 de março de 2015**, a documentação e a proposta correspondentes a sua participação, em 02 (dois) envelopes, separados, **opacos, indevassáveis, fechados e numerados**, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número da presente licitação e ainda a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

5.1.1. Envelope Nº: 01 (um) – DOCUMENTOS:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 01 (um) – Documentos;
Tomada de Preços 01/2015;

Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.1.2. Envelope Nº: 02 (dois) – PROPOSTA FINANCEIRA:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 02 (dois) – Proposta Financeira;
Tomada de Preços 01/2015;

Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.1.3. Caso a indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, **desde que a incorreção apontada não cause dúvida nem atrapalhe o andamento do processo.**

5.1.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

5.1.5. A licitante ME – Microempresa ou EPP – Empresa de Pequeno Porte que desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, deverá comprovar seu porte mediante a apresentação de DECLARAÇÃO em que afirme o enquadramento e ratifique o desejo de gozar dos

benefícios da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 , juntando documento que comprove a condição de ME ou EPP, que poderão ser 01(um) dos listados abaixo:

5.1.5.1. Declaração de enquadramento de ME ou EPP, protocolada na Junta Comercial;

5.1.5.2. Comprovação de inscrição no Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional;

5.1.5.3. Ficha Cadastral Completa emitida pela Junta Comercial, contendo a declaração de enquadramento de ME ou EPP;

5.1.5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não apresentarem FORA DOS ENVELOPES a declaração descrita no item 5.1.5., não farão jus ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06.

5.2. ENVELOPE Nº: 01 (UM) – DOCUMENTOS

5.2. Os documentos exigidos no envelope são:

5.2.1. Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura do Município de Santa Gertrudes/SP, com validade em vigor;

5.2.2. Nos termos do art. 31, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, a licitante interessada em participar do presente certame deverá prestar garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º, do art. 56 da mesma Lei, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, ou seja, R\$ **2.900,00 (dois mil e novecentos reais);**

5.2.2.1. O recibo de recolhimento da garantia para participar desta licitação correspondente a R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), poderá ser realizada em:

5.2.2.1.1. Dinheiro, que deverá ser depositado na rede bancária onde a Prefeitura mantém conta caução, sendo que o comprovante deverá ser colocado junto ao envelope nº 01 – Documentos;

5.2.2.1.1.1. É vedada a prestação de caução em cheque na forma do decidido no acórdão 1981/2009 do TCU;

5.2.2.1.2. Apólice de Seguro-Garantia, Carta de Fiança Bancária ou Títulos de Dívida Pública, **com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de entrega das propostas,** nos moldes do que dispõe o inciso III, do artigo 31, da Lei Federal Nº: 8.666/93, e o respectivo documento deverá ser colocado junto ao envelope nº 01 – Documentos;

5.2.2.2. O valor depositado como garantia de participação será devolvido às licitantes ao final do processo licitatório, após sua homologação;

5.2.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, através de pelo menos 01(um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o fornecimento de infra-estrutura de eventos semelhantes ao objeto licitado;

5.2.4. A proponente deverá apresentar a certidão e o número do registro no CREA da empresa e do engenheiro responsável técnico pela montagem das estruturas, bem como do engenheiro elétrico responsável pela montagem das instalações das redes elétricas, os quais deverão pertencer ao quadro permanente da empresa comprovado através de Carteira Profissional, Ficha de Registro de Empregado e/ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos moldes da Súmula 25 do TCE;

5.2.5. Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-SP;

5.2.6. Certificado da Secretaria de Agricultura e Abastecimento como entidade promotora de eventos de concentração animal;

5.2.7. Atestado de Visita Técnica, fornecido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer;

5.2.8. Anexo C – Dados Cadastrais, devidamente preenchidos, datado e assinado pelo representante legal da empresa licitante, com as respectivas declarações. O preenchimento dos dados da conta corrente da pessoa jurídica é obrigatório, tendo em vista que os pagamentos serão efetuados por depósito em conta e / ou transferências on line;

5.2.9. Declaração de que em se sagrando vencedora, apresentará, para a assinatura do contrato ou instrumento equivalente:

5.2.9.1. Cadastramento no EDA;

5.2.9.2. As cartas de exclusividade e/ou **cópia autenticada** dos contratos firmados com os artistas indicados em sua proposta para os dias do evento, objeto desta licitação, subscritas pelo próprio artista ou líder de banda, ou ainda por seu representante legalmente constituído, **com firma devidamente reconhecida**;

5.2.9.3. Declaração de que os shows pirotécnicos serão realizados por profissionais habilitados para tal fim.

5.2.10. Declaração de que em se sagrando vencedora, apresentará, 02(dois) dias antes da abertura do evento os seguintes documentos:

5.2.10.1. ART de projeto e execução das instalações elétricas e da iluminação;

5.2.10.2. ART da sonorização das bandas dos artistas;

5.2.10.3. ART de plano de evacuação de emergência;

5.2.10.4. Alvará do município em que se realizará;

5.2.10.5. Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e Auto de Verificação de Segurança, conforme Instrução Técnica nº 12/2011;

5.2.11. Notas explicativas importantes:

5.2.11.1. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor habilitado da Prefeitura ou publicação na Imprensa Oficial.

5.2.11.1.1. As autenticações poderão também ser feitas pela Comissão de Licitações, nos termos do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, no ato de abertura do envelope respectivo, **desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais**, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente;

5.2.11.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido;

5.2.11.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.2.11.4. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.2.11.5. A comprovação de regularidade fiscal das licitantes enquadradas como ME e EPP somente será exigida para efeito de assinatura de contrato, nos moldes do artigo 42, da Lei Complementar 123/2006;

5.2.11.6. As ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos moldes do artigo 43, caput, da Lei Complementar 123/2006;

5.2.11.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.2.11.7.1. Quando houver restrição o CRC – Certificado de Registro Cadastral será emitido com a seguinte ressalva: “empresa enquadrada como ME ou EPP, pendente de documentação, que deverá ser regularizada no prazo constante do edital, sob pena de decair o direito a contratação, caso a mesma seja declarada vencedora do certame”;

5.2.11.8. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 5.2.11.7, implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

5.2.11.9. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.2.11.10. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos;

5.2.11.11. A Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações poderá diligenciar em qualquer fase desta licitação, efetuando consulta na internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

5.3. ENVELOPE Nº: 02 (DOIS) – PROPOSTA FINANCEIRA

5.3. A proposta financeira deverá ser formulada em uma via, datilografada, digitada, **ou à mão, desde que legível**, datada e assinada, sem emendas, rasuras e borrões contendo:

5.3.1. Dados cadastrais do proponente, bem como o número da presente licitação;

5.3.2. Preços unitários e preço global pela execução do objeto da presente licitação, conforme o descrito no “Anexo A”, **com precisão de 02(duas) casas decimais**;

5.3.3. Condições de pagamento do preço global pelo fornecimento de toda a infra-estrutura para a realização do evento, 50% (cinquenta por cento) após a montagem da arquibancada e 50% (cinquenta por cento) em até 30(trinta) dias após a conclusão dos serviços, pelo valor da nota fiscal devidamente extraída, depois de processada pela contabilidade, e atestada pela unidade requisitante;

5.3.3.1. Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IGPM/FGV/SP, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

5.3.3.2. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

5.3.3.3. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexistência ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 5.3.3. será contado da data de entrega da referida correção.

5.3.3.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados em sua proposta financeira.

5.3.3.4.1. O preenchimento dos dados da conta corrente da pessoa jurídica é obrigatório, tendo em vista que os pagamentos serão efetuados por depósito em conta e / ou transferências on line.

5.3.3.5. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

5.3.4. Prazo de validade da proposta com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do dia da abertura dos envelopes com as propostas. **Não havendo indicação expressa será considerado como tal;**

5.3.5. Prazo máximo para o início dos serviços, objeto da presente licitação;

5.3.6. Indicação dos 2 (dois) artistas ofertados para os shows nos dias 22 e 23 de Maio de 2014, **um para cada dia do evento.**

5.3.7. Declaração escrita e expressa de que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, mão de obra, implantação e manutenção de escritório/almoxarifado, manutenção e operação de equipamentos e veículos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, domingos e feriados e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto, na única remuneração a ser paga pela Prefeitura pela execução dos serviços objeto da presente licitação;

5.3.8. Declaração escrita e expressa de que utilizará os equipamentos e as equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já a substituir ou aumentar a quantidade de equipamentos e de pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da Prefeitura, para o cumprimento das obrigações assumidas;

5.3.9. Declaração escrita e expressa de que na execução dos serviços, observará rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

5.3.10. Notas explicativas importantes:

5.3.10.1. Nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas de custos, como por exemplo: fornecimento dos equipamentos necessários, mão-de-obra necessária, seja ela especializada ou não, transportes, uniformes, equipamentos de proteção individual, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto desta licitação.

5.3.10.2. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente no país.

5.3.10.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3.10.4. A proposta financeira será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à execução do objeto.

5.3.10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

5.3.10.6. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

5.3.10.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada ou incrementada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

5.3.10.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.3.11. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e global para os itens que integram a planilha do objeto do Edital, será considerado o valor global.

6 - DA HABILITAÇÃO E DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

6.1. Abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) – documentos:

6.1.1. Às **09:00 horas do dia 17 de março de 2015**, na presença dos interessados, serão abertos os envelopes de Nº: 01 (um) - documentos, pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, a qual dar-se-á Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

6.2. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, **inclusive com plenos poderes para desistência ou interposição de recursos**.

6.3. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.4. Por credenciamento entende-se a apresentação dos documentos abaixo especificados, conforme as diferentes hipóteses de representação, em todos os casos acompanhados de documento oficial de identidade com foto:

6.4.1. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.) documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembléia–Geral e, quando for o caso, também Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s), devidamente registradas);

6.4.2. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e a sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados no item 6.4.1, neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

6.4.3. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular: declaração de empresário individual devidamente registrada;

6.4.4. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido no item 6.4.3, acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação.

6.5. Nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e a sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma da pessoa que representar a licitante na procuração deverá ser reconhecida por tabelião.

6.5.1. Esses documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pela Comissão de Licitações e Compras, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio da Prefeitura, à vista do original.

6.6. O licitante que não contar com representante presente no certame ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa no credenciamento, ficará impedido de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

6.7. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.8. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.9. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.10. Encerrada a fase de credenciamento pela Comissão de Licitações e Compras, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

6.1.2. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não apresentar todos os documentos exigidos no item 5.2, sendo-lhe devolvido fechados os envelopes de Nº: 02 (dois) – proposta financeira, nos termos do que dispõe o artigo 43, inciso II, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

6.1.3. Se a decisão sobre a habilitação não puder ser proferida na sessão inaugural, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações designará nova data para a sua divulgação.

6.1.4. Após a fase de habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa licitante por ele atingido deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei.

6.1.5. No caso da licitante ser enquadrada como ME ou EPP proceder-se-á conforme descrito no item 5.2.11.7, dando sequência a abertura dos envelopes com as propostas, mesmo que estas apresentem alguma restrição na documentação de regularidade fiscal.

6.2. Abertura dos envelopes Nº: 02 (dois) – proposta financeira:

6.2.1. Os envelopes Nº: 02 (dois), contendo a proposta financeira, formulada de acordo com o item 5.3, serão abertos em ato público, após abertura dos envelopes de Nº: 01 (um) - documentos, dos proponentes habilitados, obedecendo aos prazos legais ou recusa citada em ata dos participantes em interpor recursos.

6.2.2. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não formular a proposta financeira de acordo com o item 5.3, deste Edital.

6.2.3. De tudo lavrar-se-á ata, que será assinada por todos os presentes e pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações. Os presentes também rubricarão os documentos e as propostas financeiras apresentadas.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Em conformidade com o tipo de licitação "menor preço", o julgamento será feito com base no "**menor preço global**" apresentado, nos moldes do contido no "Anexo A", e a classificação se fará pela ordem crescente dos preços apresentados e aceitos.

7.2. Obedecida a sequência ordinal crescente da classificação, será adjudicado o objeto da presente licitação à licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

7.3. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência as licitantes enquadradas como ME ou EPP, conforme artigo 44, Lei Complementar 123/2006, nos seguintes termos:

7.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que os preços apresentados pelas empresas enquadradas como ME ou EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, nos moldes do parágrafo 1º, do artigo 44, da Lei Complementar 123/2006;

7.3.2. A ME ou EPP cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, nos moldes do inciso I, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006;

7.3.3. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória;

7.3.4. A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 5.3 deste edital, inserida em envelope lacrado, opaco e indevassável, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número da presente licitação e ainda a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 02 (dois) – Proposta Financeira Renovada (LC 123/2006);
Tomada de Preços 01/2015;

Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

7.3.5. Se houver equivalência dos valores apresentados pelas licitantes enquadradas como ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.3.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar a proposta com melhor oferta, nos moldes do inciso III, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006;

7.3.6. Caso a ME ou a EPP mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocados as remanescentes que se enquadrem no limite disposto no item 7.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, nos moldes do inciso II, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006;

7.3.6.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por ME ou EPP;

7.3.7. Uma vez exercido o direito de preferência as ME ou EPP, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentadas por elas propostas de preço inferior ao do primeiro classificado, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, nos moldes do parágrafo 1º, do artigo 45, da Lei Complementar 123/2006.

7.4. Em caso de empate de preços entre duas ou mais propostas apresentadas por licitantes não enquadradas como ME ou EPP, e depois de obedecido ao disposto no § 2º, do artigo 30, da Lei Federal Nº: 8.666/93, a classificação far-se-á, por sorteio,

em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, nos moldes do § 2º, do artigo 45, da aludida Lei.

7.5. A Comissão de Licitações observará ainda, o que dispõe o artigo 44, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

7.6. A análise e a apreciação das propostas serão realizadas pela Comissão de Licitações, ficando-lhes facultado o direito de consultar técnicos se necessário.

7.7. O julgamento e aprovação das propostas também serão feitos pela Comissão de Licitações e a homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

7.8. **Não serão comprados serviços com valor superior ao estimado. Se não houver propostas com valores dentro do estimado, o certame será considerado fracassado.**

7.9. Serão desclassificadas as propostas:

7.9.1. Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

7.9.2. Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, incisos I e II, § 1º, alíneas “a” e “b” da Lei Nº: 8.666/93 e alterações.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

8.1. Os preços constantes das propostas serão fixos e irrevogáveis.

9 - DOS PAGAMENTOS

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura diretamente a empresa contratada, na seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) após a montagem da arquibancada e 50% (cinquenta por cento) em até 30(trinta) dias após a conclusão dos serviços, pelo valor da nota fiscal devidamente extraída, depois de processada pela contabilidade, e atestada pela unidade requisitante;

9.2. A Prefeitura, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a empresa contratada.

9.3. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

9.4. No caso da Prefeitura atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da Prefeitura.

9.5. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

9.6. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 9.1. será contado da data de entrega da referida correção.

9.7. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados em sua proposta financeira.

9.9. O preenchimento dos dados da conta corrente da pessoa jurídica é obrigatório, tendo em vista que os pagamentos serão efetuados por depósito em conta e / ou transferências on line.

9.10. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

10 - DO CONTRATO

10.1. A licitante considerada vencedora será contatada para assinar o termo de contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

10.1.1. A recusa injustificada da licitante considerada vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como não prestar garantia na forma indicada, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste edital.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração pública municipal.

10.3. Tratando-se de ME ou EPP, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente a assinatura de contrato, a regularidade fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, prorrogável por igual período, a critério da administração, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis a matéria.

10.4. Não ocorrendo a regularização prevista no item 10.3, facultar-se-á a administração:

10.4.1. A retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de mais ME's e EPP's, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.3.1 deste edital;

10.4.2. A revogação desta licitação, nos moldes do § 2º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006.

10.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.6. É facultado à administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

10.7. A Prefeitura poderá, no decorrer da execução do contrato, alterar a quantidade, para mais ou para menos, do objeto da contratação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias à contratada, bem como liberar as Ordens de Entrega por etapas, nos moldes do § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

11 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato a ser firmado terá vigência até o dia **05 de junho de 2015**, contado da data da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público, nos moldes do disposto no artigo 57, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

13 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado rigorosamente de acordo com o especificado na minuta do contrato em anexo.

14 - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, será atribuída da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que indicará, para tanto, os servidores que entenderem necessários.

14.2. As Ordens de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverão ser processadas por escrito.

14.3. Na hipótese da empresa contratada negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

14.4. A Gestão do contrato será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

15 - DO PESSOAL

15.1. Competirá à empresa contratada a admissão e registro dos empregados e técnicos necessários ao desempenho do objeto desta licitação, correndo por sua conta todos os encargos sociais, exigências das Leis Trabalhistas e Previdenciárias enfim todos os custos provenientes da execução do objeto da presente licitação, não tendo os mesmos vínculo empregatício algum com a Prefeitura.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Fica estipulada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na qual incorrerá, em benefício da parte inocente, a qual infringir qualquer das cláusulas e condições previstas na minuta do contrato, incidindo em inadimplência, ou der causa à sua rescisão.

16.2. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

16.3. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IGPM/FGV/SP - Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da Prefeitura, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

17 - DOS ANEXOS

17.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- 17.1.1. Anexo A – Formulário de Proposta Financeira;
- 17.1.2. Anexo B – Minuta do Contrato;
- 17.1.3. Anexo C – Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;
- 17.1.4. Anexo D – Termo de Referência.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Comissão de Licitações e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos decidir sobre a petição. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

18.2. As petições deverão ser encaminhadas por escrito, **pessoalmente**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 16:00 horas.

18.2.1. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por e-mail ou fax.

18.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

18.4. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, **que afete a formulação das propostas**, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

18.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.6. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas por escrito, **pessoalmente**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 16:00 horas.

18.6.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. Não será permitido o início dos serviços sem que a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviço.

19.2. A aceitação da proposta vencedora pela Prefeitura obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custo ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

19.3. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

19.4. A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.

19.5. A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conhecem e que aceitam todos os termos do presente Edital e seus anexos.

19.6. Correrão por conta da licitante vencedora quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

19.7. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer.

19.8. A autoridade administrativa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-la, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso, conforme dispõe o artigo 49 da Lei de Licitações.

19.9. A empresa contratada poderá subcontratar serviços específicos e/ou especializados que abranjam apenas partes dos serviços e desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, ficando responsável pela boa qualidade do conjunto das obras e dos demais compromissos assumidos com a municipalidade.

19.10. Não será permitida a subcontratação total do objeto desta licitação.

19.11. A empresa contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura.

19.12. A simples participação da empresa nesta licitação caracteriza que a mesma se sujeita integralmente às disposições legais que regem as normas sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, e as exigências da presente licitação.

19.13. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

19.14. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital será feita de acordo com o artigo 110, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, sendo considerados dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.15. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital que será afixado de forma resumida no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação.

Santa Gertrudes/SP, 27 de fevereiro de 2015.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal